
Editorial

O Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Política Social da UEL realizou, em 2015, o I Congresso Internacional de Política Social e Serviço Social: desafios contemporâneos, simultaneamente ao II Seminário Nacional de Território e Gestão de Políticas Sociais e o I Congresso de Direito à Cidade.

Este número do periódico *Serviço Social em Revista* contém doze artigos escolhidos dentre os trabalhos apresentados no Congresso, que teve como objetivos: adensar a produção de conhecimento no campo da Política Social em geral e do Serviço Social em particular, aprofundar os estudos sobre a lógica territorial na gestão das políticas sociais e colocar em debate os mecanismos de uma justa utilização dos espaços urbanos, garantindo espaço de disseminação de pesquisas em diferentes áreas do conhecimento.

Os dois artigos iniciais abordam os movimentos sociais e participação social, um revelando as trajetórias, agendas e estratégias de luta pelo acesso ao transporte, entendido como condição imprescindível não apenas para a democratização do espaço urbano e outro destacando a experiência de participação dos jovens afrodescendentes no Peru, contribuindo para o debate sobre as políticas públicas de inclusão social, respeito aos direitos humanos e desenvolvimento étnico e racial.

Fundamentado no modelo de proteção social brasileiro, o terceiro artigo indica as potencialidades e desafios da gestão do Plano Rio Sem Miséria no estado do Rio de Janeiro.

“Território, poder e conflito” foi o tema contemplado por dois artigos: uma abordagem antropológica das histórias de vida de pequenos cafeicultores de Minas Gerais que analisa as fortes imbricações nas suas vivências entre família, terra e trabalho e a análise da chacina dos índios Kaingang, em 1923 na Vila da Serra da Pitanga-PR, marcada pela usurpação do território indígena com objetivos capitalistas.

Em seguida são evidenciados os direitos humanos e criminalização da pobreza. Um artigo trata do papel da mídia, tendo em vista a tendência do expansionismo penal e a criminalização da juventude no continente latino-americano e no Brasil especificamente, explicitando o contexto de violência e controle social que pressiona os diferentes setores do Estado. O outro analisa os instrumentos jurídico-normativos que regulamentam a política socioeducativa no Brasil, apresentando algumas tensões e intersecções entre as escalas local, regional e nacional e seus respectivos níveis de poder.

Sobre gênero e direitos humanos, um artigo problematiza a importância da luta por direitos humanos no combate às violências contra as mulheres, estruturadas pelas relações sociais de sexo, classe, raça/etnia que consubstanciam a sociedade patriarcal-racista-capitalista e o outro, na mesma linha, apresenta uma discussão teórica sobre aspectos da simbiose entre capitalismo e patriarcado, a partir da compreensão da manutenção/vigência da dominação-exploração masculina.

Por fim, três artigos discutem o “direito à moradia digna”: o primeiro analisa os caminhos trilhados pela política habitacional, centralizada no governo federal através do Programa Minha Casa Minha Vida, revelando os limites e conquistas das intervenções públicas na garantia constitucional do direito à moradia digna; outro apresenta os resultados parciais da pesquisa “Direito à moradia: aplicabilidade e efetividade dos instrumentos jurídicos na região metropolitana de Londrina-PR” no contexto da produção de habitação de interesse social; e o terceiro aborda aspectos relativos à acessibilidade, independência e segurança em um núcleo habitacional para idosos de baixa renda em município do interior paulista.

Esperamos que a diversidade de temáticas presentes nesta edição, evidenciada pela participação de colaboradores das áreas do Serviço Social, Direito, Administração, Ciências Sociais, Gerontologia, Geografia e Urbanismo, estimulem os leitores a se aprofundar no conhecimento das políticas sociais.

Os editores